

# OBEDIÊNCIA OU REBELDIA

Obediência. Os pais a vêem nos filhos como virtude; o Estado, nos súditos, como a qualidade mais desejável no "bom cidadão"; a Igreja vê no submisso o melhor crente. Qual a sua "utilidade"? Ao pé da letra: cristalizar o poder das instituições, condicionadoras de toda exploração e opor um dique a toda forma de progresso aos que a exercem. Sua pior praga? Ser geralmente voluntária.

E seu antônimo? A virtude original do homem, símbolo da personalidade, promotora do progresso, inimiga mortal de toda paralização, mãe da revolução: a desobediência, a rebeldia. Segue-se que, sendo a obediência voluntária, por excelência, passiva, é fácil instrumento de exploração por parte dos inimigos do progresso, dos conservadores e a rebeldia, sendo por natureza dinâmica, vive em

eterno conflito com o conservantismo, sendo portanto progressista, revolucionária. Enquanto a obediência passiva, consoante a palavra de ordem do conservantismo, prescreve: "Fique onde está" (ao que acena com satisfação o conservador, dizendo "Assim mesmo, pois assim te exploro melhor"), a rebeldia, ao contrário, determina: "Há que ir para frente". O conservador, não querendo, por visão

curta ou por conveniência, sair de onde está, ou, quando para tal se lhe apresenta uma oportunidade, envidando esforços por expandir o seu domínio, extensão na qual se passa a denominar reacionário, é medíocre ou mal-intencionado. Por outro lado, o progressista, pouco ligando ao seu bem-estar pessoal e atirando-se destemidamente à crítica dos velhos valores e à investigação de novos, junta à inteligência o idealismo: é revolucionário.

Ora, o Estado e a religião, são declaradamente conservadores e, por extensão, reacionários. Porque? O Estado, só subsistindo na divisão da sociedade em classes, há de pender o seu fiel para classe privilegiada, da qual é baluarte contra as classes exploradas. Anteriormente, o poder do Estado era declaradamente exercido em nome de minorias privilegiadas. Mas agora o é, sob a forma de Democracia, em nome do povo.

Sim, em nome do povo, mas pelas mesmas minorias privilegiadas, pois quem pode impedir que, sob tal regime, continue a processar-se a exploração do povo pelas referidas minorias? Não pode existir igualdade de direitos políticos sem igualdade de condições econômicas, pois somos tão escravos do poder como do capital. Se há privilégios, há privilegiados, e quem tem privilégios naturalmente, não abre mão deles. Segue-se, daí, que o Estado, sustentando privilégios, é conservador. A Religião, como diz acertadamente Proudhon em sua *Creation de l'Ordre*, "é por natureza imóvel, hostil à investigação e a todo progresso, pois investigar é, a seus olhos, procurar descobrir os segredos de Deus e colocar-se na predisposição de não mais crer". Sendo por natureza conservadora, como disse, a Religião é portanto, supote natural do Estado. Pela tradição, tolhe o desenvolvimento da sociedade apegando-se aos velhos costumes. Pelo dogma, opõe-se a marcha da razão; pela fé, prega a satisfação, a auto-suficiência; e são justamente essa satisfação e essa auto-suficiência que destroem toda a sede de progresso. Pois a evolução é filha da insatisfação.

É por isso mesmo que da Religião se servem todos os Estados para concretizar seus planos de domínio, a exemplificar como o "revolucionário" Estado Soviético, cuja comissariocracia, como se já não bastasse a religião de Estado que tem, como Deus, Marx, e como apóstolo, Lênine ao qual foi erigido solene mausoléu, monumento religioso quase tão imponente como a Catedral de São Pedro, deu novo hábito à velha Igreja Ortodoxa Russa, cujas ovelhas não se acham tão somente na velharia supersticiosa, mas também na fina flor da mocidade soviética.

Não há Estado sem obediência nem obediência tão voluntária como a que surge da própria crença. Quem diz Deus, diz Autoridade, e quem diz Autoridade, subentende que há obediência. É aí onde se confundem Religião e Estado. São essas as instituições cujo desaparecimento se faz necessário, para que, sem maiores entraves, o progresso seja permanente. E quanto maior for a rebeldia, quanto menor for a obediência, mais cedo desaparecerão. E então veremos surgir a ordem, pela harmonia e progresso como lei: o Socialismo Libertário. Por D. BRITO



ANO I — NÚM. V

FEVEREIRO/MARÇO - 1968

PREÇO: NCR\$ 0,20

## ANTE O FUTURO

O Socialismo Libertário também tem posição fixada sobre os problemas que o futuro, dentro de um regime baixo este signo, pode apresentar. Não se trata de um esquema rígido, do qual não se possa sair. O Socialismo Libertário é constante evolução. Considera que no amanhã possa ser negativa uma medida que hoje é acertada, única possível a praticar. De onde que as teorias sobre organização da sociedade, em regime socialista libertário, devam ser consideradas como meras suposições de orientação, nunca como esquema exato e menos ainda rígido.

Inclusive este nosso trabalho tem de ser tomado nessas condições.

O sistema de estruturação política é do estilo federal; mas um federalismo íntegro, que nasce no indivíduo — à base — e vai para os órgãos de maior alcance político e econômico — o cume.

Os sindicatos constituirão o esquema organico-político e dentro destes estarão organizados todos os "produtores" (classe trabalhadora) interessados no desenvolvimento do país.

Porém a estrutura interna destes sindicatos, nada terá em comum, com

as atuais do Brasil; ou de qualquer outro país, nos quais são instrumentos do governo (países comunistas e fascistas). Nesses países o Estado determina a obra que deve ser realizada pelos sindicatos, enquanto que no Socialismo Libertário serão os sindicatos que determinarão, através de assembléias etc., as realizações dos órgãos que administram as diversas atividades impostas pelo desenvolvimento da sociedade.

A economia será regida pelos "Conselhos de Economia" (locais, estaduais e nacional), integrados por representações dos sindicatos atingidos. Da mesma maneira se procederá no que refere-se aos problemas de educação, saúde pública, etc. Todos estes Conselhos, em suas diferentes escalas geográficas, integrarão os Conselhos Comuns, Estaduais e Nacional, já que o desenvolvimento apresenta-nos uma inter-relação dos problemas, que requerem a intervenção de mais de um órgão especializado na solução dos mesmos.

Na sua esfera de ação, cada Conselho resolverá os problemas que lhes cabem de acordo com resoluções emanadas das assembléias ou congressos

que os Sindicatos, Federações locais, Estaduais e Nacional, celebrarem periodicamente, para fixar a posição a ser tomada nos casos que requeiram sua intervenção.

Lógicamente não podemos, no espaço limitado que um jornal oferece, fazer um estudo completo ou mais amplo, sobre um problema de tamanha importância e tão complexo, como é a estruturação de uma nova sociedade.

Aqui limitamo-nos a dar uma ligeira idéia da nossa posição a este respeito, que, de nenhuma maneira pretende ser o "Non Plus Ultra" do pensamento humano.

## Reivindicações Populares

Que fazer quanto às lutas populares? Bem entendido, que fazer, hoje e não amanhã, em relação à melhoria da situação do povo, isto é, que sugerir-lhe como programa mínimo de reivindicações imediatas?

Mas terá lógica estabelecer graduações na reivindicações dos direitos do povo. Poderão esses direitos ser desdobrados em programas mínimo e máximo?

O povo dá tudo em sua ação de elemento produtor: dá sua atividade, seu esforço, seu socêgo, sua saúde, enfim, sua própria vida. E que recebe como recompensa? Apenas o insuficiente para que possa continuar a trabalhar em proveito de uma minoria exploradora.

Tem, portanto, tudo a reivindicar. E por onde começar? Sómente ao povo

cabe o pronunciamento. É ele que sabe o que deve reclamar e quando deve fazer.

Bem-estar e liberdade — é a síntese de suas aspirações e de suas reivindicações. Imensas são as suas necessidades e para satisfazê-las tem de ir arrancando, à resistência dos exploradores, com o próprio esforço e em permanentes e duras pelejas, porções dos bens que lhe cabem, até que, possa entrar no gozo definitivo daquilo que representa o produto legítimo de suas lutas.

Ocioso seria pretender mencionar todas essas necessidades e essas reivindicações. Isso costumam fazer os profissionais da política, catalogando-as com incontáveis minúcias, em programas eleitorais, quando, na caça de votos, prometem ao povo este mundo e outro.

Frederico Brito

Há poucos dias, reuniram-se em Pôrto Alegre, os Secretários da Fazenda e o Ministro da mesma pasta do Governo da União (urubú do povo) afim de tratarem sobre o famigerado imposto conhecido pela alcunha de ICM.

Desde o primeiro dia do ano, decretado pelo Governo Federal, temos um aumento do antigo imposto de consumo — hoje I.P.I.

Somadas as parcelas desses dois impostos teremos uma média superior a 30% do valor bruto de qualquer produto que chegar às mãos do consumidor e se a estes impostos, acrescentarmos as demais taxas criadas para a manutenção dos órgãos governamentais, podemos afirmar com certeza que mais da metade do valor dos produtos destina-se aos insaciáveis côres dos diferentes órgãos do Governo, e o pior é que sua maior parte destina-se ao pagamento de elementos improdutivos.

Frente a esta política de aumento de impostos, que

## Incongruências

forçosamente influi na majoração de preços e por conseguinte na diminuição do nível de vida, temos a oposição obstinada ao aumento dos ordenados da classe trabalhadora porque assim o recomenda o combate à inflação prometendo que a esse período de "arrocho" — que acontece com os trabalhadores — sucederá outro de abundância para todos (?)

O paradoxo está nos que têm de padecer às consequências funestas desses aumentos de impostos, os trabalhadores, não manifestaram seu protesto pelo r úbo que a

seus bolsos vai-se realizar. Parece como se uma castração de suas consequências tivesse sido realizada.

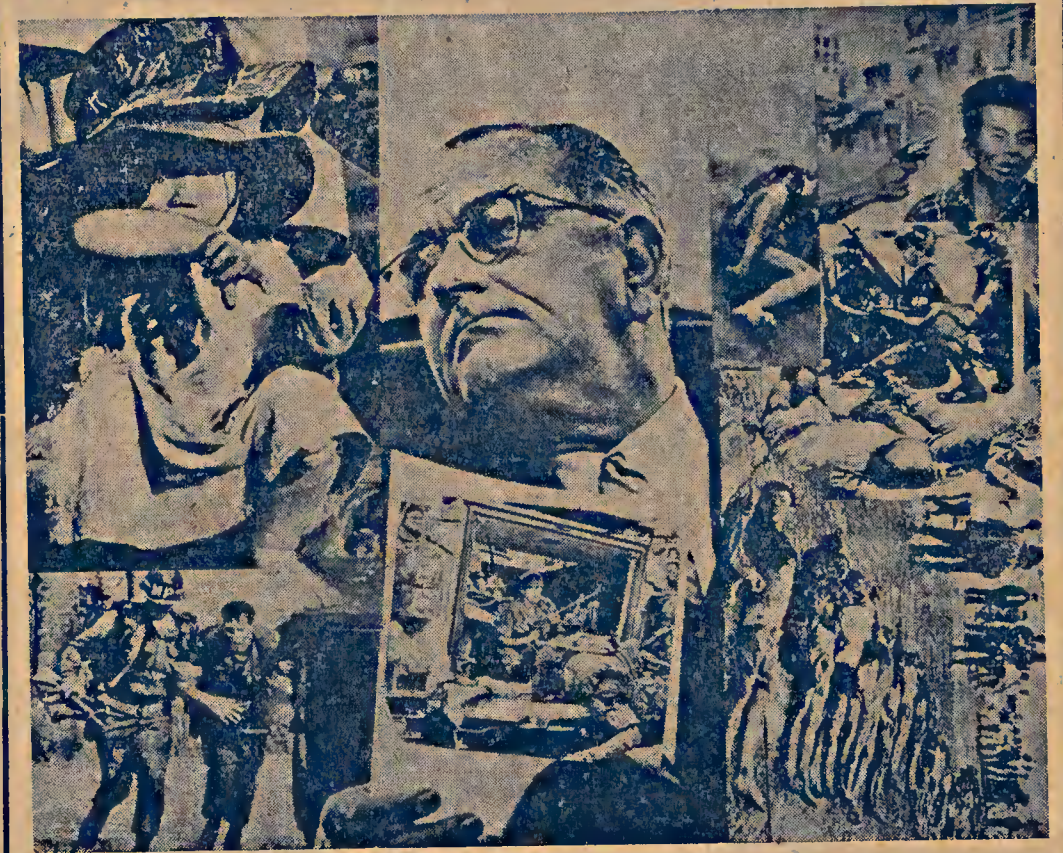
São as classes patronais, industriais e comerciais, às que, paradoxalmente, elevam seu protesto contra essas medidas, que a elas menos lhes vem a prejudicar diretamente.

As classes patronais limitar-se-ão à elevação dos preços, em proporção maior ao dos impostos, para assim compensar a diminuição das vendas, que existirão ao diminuir o poder aquisitivo do povo.

A ausência do povo, numa reivindicação que deveria mobilizá-lo, e fruto de uma falta de consciência, de um corderismo próprio da inexistência de uma ideologia social que "arrancando" do operário, vai até os sindicatos, que deveriam ser seus órgãos, representativos da classe.

Impõe-se a tomada de posição do trabalhador para que, por si mesmo, adote as posições que sua dignidade lhe dita, em defesa de seus interesses. MARIA

## O "líder" e sua democracia



Depois do "bom" trabalho, um descanso merecido









